

Bolsonaro faz nova ameaça ao Judiciário sobre eleição

Defesa diz que golpe de 64 foi 'marco histórico' da política brasileira

Marianna Holanda

BRASÍLIA O Ministério da Defesa e as Forças Armadas divulgaram nota nesta quarta (30) chamando o golpe de 1964 de "marco histórico da evolução política brasileira".

A ordem do dia alusiva ao 31 de março, última do mandato de Bolsonaro, é assinada pelos comandantes das três Forças e pelo ministro da Defesa, Walter Braga Netto, que deixará o comando da pasta nesta quinta (31) com a expectativa de ser vice na chapa do presidente.

"O Movimento de 31 de março de 1964 é um marco histórico da evolução política brasileira, pois refletiu os anseios e as aspirações da população da época", diz texto divulgado pela Defesa.

O termo "movimento" para se referir ao golpe já havia surgido nos anos anteriores.

A Defesa diz que os anos seguintes a 1964 foram de "estabilidade, segurança, crescimento econômico e amadurecimento político", que levou à paz no país.

O texto também afirma que as instituições se fortaleceram após o golpe e as Forças Armadas seguiram "observando, estritamente, o regramento constitucional, na defesa da nação e no serviço ao seu verdadeiro soberano — o povo brasileiro".

A expressão que diz que o povo é soberano é amplamente utilizada pelo presidente. Seus apoiadores costumam dizer que "supremo é o povo", em referência ao STF (Supremo Tribunal Federal), alvo do bolsonarismo.

O regime enaltecido por Bolsonaro e pelos militares teve uma estrutura dedicada a tortura, mortes e desaparecimento. Auditorias da Justiça Militar receberam 6.016 denúncias de tortura. Estimativas feitas depois apontam para 20 mil casos.

Presos relataram terem sido pendurados em paus de arara, submetidos a choques elétricos, estrangulamento, tentativas de afogamento, golpes com palmatória, socos, pontapés e outras agressões. Em alguns casos, a tor-

tura levava à morte.

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) listou 191 mortos e o desaparecimento de 210 pessoas. Outros 33 desaparecidos tiveram seus corpos localizados posteriormente, num total de 434 pessoas.

O texto da Defesa defende que o golpe atendeu aos anseios da sociedade e impediu quem "regime totalitário", em referência ao comunismo, fosse instalado no Brasil. "Grupos que propagavam promessas falaciosas, que, depois, fracassou em várias partes do mundo."

Bolsonaro quer aproveitar a reforma ministerial em abril para tentar ampliar sua influência no comando do Exército em ano eleitoral.

Integrantes do governo dizem que a promoção do general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, atual comandante do Exército, para ministro da Defesa serve a dois propósitos: colocar à frente das Forças nome que agrada o Exército, que reúne o maior número das tropas, e acomodá-lo à frente da Força terrestre alguém alinhado ao Palácio do Planalto. É dado como certo que o general Marco Antônio Freire Gomes assumirá o Exército. Hoje, ele é comandante de Operações Terrestres.

Presidente propõe mudar lei para punir movimentos sociais

Uma proposta do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Congresso de atualização da Lei Antiterrorismo abre brecha para criminalizar os movimentos sociais. Pelo projeto divulgado como parte de um conjunto de medidas para a segurança pública, a definição de terrorismo contempla "ações violentas com fins políticos ou ideológicos". Apesar de ressaltar que os atos devem ter sido cometidos com uso de violência, especialistas veem margem para avançar sobre grupos organizados da sociedade civil.

Bolsonaro faz nova ameaça ao Judiciário sobre eleições

Viagem ao Rio Grande do Norte tem 'comício', oração, motocia e cavalgada

José Matheus Santos, Aura Mazda e João Pedro Pitombo

RECIFE, PARNAMIRIM (RN) E SALVADOR O presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a ameaçar o Judiciário sobre o resultado das eleições de 2022, desta vez em discurso nesta quarta-feira (30) no Rio Grande do Norte.

Ele disse que os votos serão contados, sem explicar como, já que o voto impresso foi derubado pelo Congresso em meio a discursos golpistas do presidente da República.

Também fez críticas indiretas a ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

"O povo armado jamais será escravizado. E podem ter certeza que, por ocasião das eleições de 2022, os votos serão contados no Brasil. Não serão dois ou três que decidirão como serão contados esses votos", disse, em referência a Luís Roberto Barroso, ex-presidente do TSE; Edson Fachin, o atual; e Alexandre de Moraes, que será presidente nas eleições.

"Defendemos a democracia, a liberdade e tudo faremos até com sacrifício da nossa vida para que esses direitos se-

jam relevantes e cumpridos pelo nosso país", afirmou Bolsonaro, que está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, bem atrás do ex-presidente Lula (PT).

Ele discursou em evento na cidade de Parnamirim, na região metropolitana de Natal. A viagem teve 'comício', oração, motocia e cavalgada.

Mais tarde, em outro evento em Baixa Grande do Ribeiro (PI), voltou a fazer referência à contagem dos votos.

"Teremos sim eleições limpas por ocasião do mês de outubro do corrente ano. Não podemos admitir que três ou quatro pessoas definam o decurso como venha ser essas eleições. A alma da democracia é o voto e a contagem dele faz parte dessa alma", afirmou.

Ainda no Rio Grande do Norte, Bolsonaro repetiu que a disputa eleitoral de 2022 será um pleito "do bem contra o mal".

"Cada vez mais a população entende quem está do lado do bem e quem está do lado do mal. Não é de esquerda contra direita, é de bem contra o mal. E o bem sempre venceu. E o bem vencerá. O bem está ao lado da maioria da população brasileira."

No discurso, afirmou que "pouquíssimas pessoas podem muito em Brasília, mas nenhuma delas pode tudo".

Na véspera de 31 de março, em que se completam 58 anos do golpe militar de 1964, Bolsonaro afagou os militares. "Nós, militares, lá atrás juramos dar a nossa vida pela pátria e todos nós agora daremos a nossa vida pela nossa liberdade".

Os ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral são uma rotina em seu governo. No passado, por exemplo, ele afirmou diversas vezes sem apresentar provas que havia vencido as eleições de 2018 no primeiro turno.

A crise institucional de 2021, patrocinada por Bolsonaro, teve início quando o presidente disse que as eleições de 2022 somente seriam realizadas com a implementação do sistema do voto impresso — apesar de essa proposta já ter sido derubada pela Câmara.

No ano passado, ele também fez uma transmissão ao vivo para apresentar supostas provas que tinha contra a confiabilidade das urnas que o pleito havia sido fraudado. No entanto, apenas levou teorias que circulam há anos na internet,

sem qualquer comprovação. Naquela live recheada de mentiras, Bolsonaro divulgou documentos de uma investigação sigilosa aberta em 2018 sobre um ataque hacker no sistema do TSE.

Por causa disso, Bolsonaro virou alvo de investigação. A delegada Denise Ribeiro, da Polícia Federal, já enviou ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, a conclusão segundo a qual ocorreu crime na atuação do presidente naquele caso.

Mesmo sem o indiciamento formal, essa foi a primeira vez que a PF imputa crime ao presidente no âmbito das investigações que tramitam sob a relatoria de Moraes.

As declarações de Bolsonaro dos últimos meses interromperam cerca de seis meses de trégua, que até seus aliados mais próximos sabiam que não duraria muito tempo.

A calmaria vinha desde setembro passado, quando, diante da reação dos Poderes contra suas ameaças golpistas, divulgou uma nota na qual afirmava que não teve "nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes" e atribuiu palavras "contundentes" anteriores ao "calor do momento".

O povo armado jamais será escravizado. E podem ter certeza que, por ocasião das eleições de 2022, os votos serão contados no Brasil. Não serão dois ou três que decidirão como serão contados esses votos

Jair Bolsonaro (PL) presidente da República, atacando as urnas eletrônicas em discurso no Piauí



O presidente Jair Bolsonaro (PL) em cavalgada com apoiadores José Dias/Divulgação Presidência

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 7